

FGV DIREITO SP
MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO

ASPECTOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS DA TRIBUTAÇÃO

EMENTA DA DISCIPLINA

Essa disciplina pretende demonstrar, a partir de uma visão contextual e de problemas concretos, como o conhecimento de finanças e contabilidade pode fazer diferença na formatação jurídica dos negócios e conseqüentemente na identificação de seus impactos tributários. Inspirada na disciplina *Analythical Methods for Lawyers*, da Escola de Direito da Universidade de Harvard, tem como principal objetivo desenvolver a habilidade de relacionar conceitos jurídicos, financeiros e contábeis de modo a construir soluções jurídicas adequadas aos negócios complexos da realidade contemporânea.

PROGRAMA DE AULAS

1	07.08.2017	Parâmetros da Nova Contabilidade Brasileira. Essência sobre a Forma. Regras versus Princípios. Julgamento e Decisão.
Sinopse da aula		Aula magna a ser ministrada pelo prof. Nelson Carvalho (FEA), sobre a importância dos novos padrões contábeis brasileiros e os impactos dessa nova realidade no mundo dos negócios e, conseqüentemente, na formatação jurídica de contratos e no modo de tributação pelo Estado. Haverá participação do jornalista Fernando Torres (Valor Econômico).
Leitura obrigatória		CARVALHO, Nelson. Essência x Forma na Contabilidade. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord.). <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i> . São Paulo: Dialética, 2010, p. 371 e seguintes. MARTINS, Eliseu. A Contabilidade brasileira de ontem e de hoje; e a de depois? In: LOPES, Alexsandro Broedel (org.). <i>Contabilidade e Finanças no Brasil: estudos em homenagem ao professor Eliseu Martins</i> . São Paulo: Atlas, 2012, p. 3-22.
Leitura complementar		BRAITHWAITE, John. Rules and Principles: A Theory of Legal Certainty. <i>Australian Journal of Legal Philosophy</i> , n. 27, 2002, p. 47-82. Disponível em https://www.anu.edu.au/fellows/jbraithwaite/_documents/Articles/Rules_and_Principles2002.pdf . DELOITTE. <i>Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS</i> . São Paulo: Atlas, 2009. ERNST & YOUNG; FIPECAFI. <i>Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras</i> . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. FREEDMAN, Judith; POWER, Michael. Law and Accounting: transition and transformation. <i>The Modern Law Review</i> , n. 6, vol. 54, nov/1991, p. 769 e seguintes. MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel. O Direito Contábil – Fundamentos Conceituais, Aspectos da Experiência Brasileira e Implicações. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel. <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i> . São Paulo: Dialética, 2010, pp. 56-81. PAULO, Edilson; CARVALHO, L. NELSON. Algumas questões sobre a normatização contábil baseada em princípios, regras e objetivos. <i>Revista Evidenciação Contábil & Finanças (UFPPB)</i> , v. 2, n. 2, p. 24-39, 2014. Disponível em http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/recfin/article/view/20181/11312 .

Material didático	Eventualmente, material a ser utilizado pelo prof. convidado.
2	14.08.2017
Reflexos Jurídicos dos Novos Padrões Contábeis e Planejamento Tributário. A Desconsideração das Formas Jurídicas e o Propósito Negocial	
Sinopse da aula	<p>1ª Parte: discussão sobre os pontos trazidos pelos alunos a partir da aula anterior. Questões-Chave: (i) a essência econômica buscada pela contabilidade coincide com o propósito negocial utilizado pelos julgamentos administrativos do CARF? (ii) Como a transparência econômica das operações pela contabilidade pode influenciar nessa discussão? (iii) Do ponto de vista financeiro, vale a pena deixar de pagar tributos – via planejamento tributário ou via sonegação?</p> <p>2ª parte: utilização do método PBL (<i>problem-based learning</i>) para aplicação dos conceitos debatidos na primeira parte da aula. <i>[essa atividade pode ser remanejada para as aulas posteriores conforme o andamento da 1ª parte da aula]</i></p> <p>3ª parte: análise financeira do Planejamento Tributário, com participação do prof. Carmine Rullo.</p>
Leitura obrigatória	<p>BIANCO, João Francisco. Aparência Econômica e Natureza Jurídica. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord.). <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>. São Paulo: Dialética, 2010, p. 174-184.</p> <p>CARF. <i>Acórdão n. 1301-001.744</i>, proferido em 3 de fevereiro de 2015 (somente os trechos que discorrem sobre propósito negocial e substância econômica). Disponível em www.carf.fazenda.gov.br.</p> <p>CARF. <i>Acórdão n. 3202-000.983</i>, proferido em 26 de novembro de 2013 (aplicação do princípio da essência sobre a forma beneficiando o contribuinte). Disponível em www.carf.fazenda.gov.br.</p> <p>GRECO, Marco Aurélio. <i>Planejamento Tributário</i>. 3ª ed. São Paulo: Dialética, 2011, p. 460-479 (Capítulo XVIII – Operações Preocupantes).</p> <p>Relembrar leituras da Aula 1 sobre essência e forma.</p>
Leitura complementar	<p>CARF. <i>Acórdão n. 3202-000.983</i>, proferido em 26 de novembro de 2013 (aplicação do princípio da essência sobre a forma beneficiando o contribuinte). Disponível em www.carf.fazenda.gov.br.</p> <p>CARVALHO, Nelson; CARMO, Carlos Henrique Silva do. A Primazia da Essência sobre a Forma na Prática Contábil. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord.). <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>. 4º volume. São Paulo: Dialética, 2013, p. 237 e seguintes.</p> <p>JREIGE, Elionor Farah. <i>True and Fair View: um entrave ou um impulso para a contabilidade</i>. <i>Caderno de Estudos (USP)</i>, n. 17, 1998. Disponível em http://www.revistas.usp.br/cest/article/view/5623/7153.</p> <p>HIGGINS, Robert C. <i>Analysis for financial management</i>, 8th ed. Boston: Mac Graw Hill, 2007, capítulo 8 (Risk Analysis in investment decisions), p. 283-320.</p> <p>MARTINS, Eliseu e outros. <i>Manual de Contabilidade Societária</i>. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, Capítulo 44, p. 825-838.</p> <p>NEDER, Marcos Vinicius. A Prevalência da Substância sobre a Forma nos Planejamentos Tributários: um Falso Dilema. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord.). <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>. São Paulo: Dialética, 2010, p. 326 e seguintes.</p> <p>NOVAI, Raquel; GOMES, Bruno. A Prevalência da Forma Contábil sobre a Natureza Jurídica e a Essência Econômica – o Ágio nas Operações dentro do Mesmo Grupo de Empresas. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord.). <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>. São Paulo: Dialética, 2010, p. 381 e seguintes.</p> <p>RHEE, Robert J. <i>Essential concepts of Business for lawyers</i>. New York: Wolters Kluwer, 2012, capítulo 8 (Risk and return), p. 143-154.</p>
Material didático	<p>- Textos de leitura obrigatória</p> <p>- Questões-Chave indicadas na Sinopse acima</p> <p>- Descrição de situação fática (PBL)</p>

- Slides a serem utilizados pelo Prof. Carmine Rullo

3	21.08.2017	Direito e Demonstrações Financeiras. Provisões e Contingências. Gestão de Riscos
Sinopse da aula	<p>1ª Parte: discutir, a partir da apresentação do Grupo 1, como as normas jurídicas e a jurisprudência (paralelo com disciplina da Prof. Juliana) influenciam os registros contábeis. Questões-Chave: (i) a influência do direito na interpretação dos critérios para registro de provisões e identificação de contingências no Pronunciamento CPC 25; (ii) os critérios para identificar a probabilidade de perda em processos tributários; (iii) como refletir (e se devem ser refletidos) os planejamentos tributários nas informações empresariais (demonstrações financeiras, formulários etc.)?</p> <p>2ª Parte: discussão de demonstrações financeiras previamente selecionadas pela convidada Lucilene Prado (ex-diretora jurídica da Natura)</p>	
Leitura obrigatória	<p>Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento CPC n. 25. Disponível em http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56.</p> <p>NAKAMURA, Wilson Toshiro. Análise de demonstrações financeiras. In SHENG, Hsia Hua. <i>Introdução às finanças empresariais</i>. São Paulo: Editora Saraiva, 2012, capítulo 1, p. 23-48.</p> <p>TORRES, Fernando. Caso da Vale envolve IR sobre lucro no exterior. <i>Valor Econômico</i>, 11 de janeiro de 2012. Disponível em http://www.valor.com.br/impreso/eu-investimentos/caso-da-vale-envolve-ir-sobre-lucro-no-externior.</p> <p>WATANABE, Marta. Sucessivos Refis tornam elisão fiscal vantajosa. <i>Valor Econômico</i>, 7 de junho de 2017. Disponível em http://www.valor.com.br/brasil/4995306/sucessivos-refis-tornam-elisao-fiscal-vantajosa.</p>	
Leitura complementar	<p>BREITNER, Leslie K. E ANTHONY, Robert N. <i>Essentials of accounting</i>, 11ª Ed. BOSTON: Pearson, 2013, part. 10.</p> <p>HIGGINS, Robert C. <i>Analysis for financial management</i>. 8th ed. Boston: Mac Graw Hill, 2007, capítulos 1 e 2, p. 4-82.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de (coord.). <i>Contabilidade introdutória</i>, 11ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010, capítulos 2, p. 17-36, capítulo 6, p. 162-196 e Apêndice II, p. 325-335.</p> <p>JACKSON, Howell E. <i>Analytical Methods for Lawyers</i>. Boston: Harvard Press, capítulo 4, p. 118-173.</p> <p>JONES, Michael. Creative accounting. <i>Fraud and international accounting scandals</i>. New York: Wiley, 2011, p. 3-19 (Introduction).</p> <p>MARION, José Carlos. <i>Contabilidade empresarial</i>. 15ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009. capítulos 2 e 3, p. 41-86.</p> <p>PEDREIRA, José Luiz Bulhões. <i>Finanças e demonstrações financeiras da companhia</i>. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1989.</p> <p>SILVA, José Marcos da. <i>A influência do ciclo de vida organizacional sobre o nível de planejamento tributário</i>. Tese de Doutorado, FEA-USP, Ribeirão Preto, 2016. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-06012017-151945/pt-br.php.</p>	
Material didático	<p>- Textos de leitura obrigatória</p> <p>- Questões-Chave indicadas na Sinopse acima</p> <p>- Demonstrações financeiras a serem previamente indicadas por convidado externo</p>	

4	28.08.2016	Direito e Contabilidade Criativa. O Reconhecimento de Receitas. Impactos Tributários
Sinopse da aula	<p>1ª parte: apresentação de caso sobre reconhecimento de receitas e impactos tributários pelos alunos do Grupo 2.</p> <p>2ª Parte: debates das seguintes Questões-Chave (i) o momento do reconhecimento das receitas nas novas normas contábeis pode ou deve influenciar a formatação contratual de um negócio? (ii) qual a influência dos documentos e conceitos jurídicos na interpretação e aplicação da nova norma contábil? (iii) como o subjetivismo da nova norma, aliada a programas de incentivo e remuneração, pode induzir a contabilidade criativa? (iv) qual o papel da governança corporativa e do direito nesse processo? (v) Qual a influência da nova norma contábil nas diferentes formas de incidência tributária (PIS/COFINS, IRPJ, CSLL, ISS e ICMS)?</p> <p>3ª Parte: fechamento dos debates com utilização de slides.</p>	
Leitura obrigatória	<p>CARF. <i>Acórdão n. 3402-001.797</i>, proferido em 26 de junho de 2012 (cessão de malha ferroviária, dentre outros assuntos, discutindo-se titularidade da receita). Disponível em www.carf.fazenda.gov.br.</p> <p>CARVALHO, Nelson; CARMO, Carlos Henrique Silva do. Reconhecimento Contábil de Receitas: o que vem (ou pode vir) por aí. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexandro Broedel. <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>, 3º volume. São Paulo: Dialética, 2012, pp. 281-296.</p> <p>Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento CPC nº 30. http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos. Obs: CPC 47 em audiência pública (http://cfc.org.br/tecnica/audiencia-publica/).</p> <p>Superior Tribunal de Justiça. <i>Acórdão</i> proferido no julgamento do Recurso Especial nº 954.719/SC, realizado em 13/11/2007, sobre locação de mão-de-obra e repasse de receitas para efeitos de PIS/COFINS (disponível em https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=736673&sReg=200701181119&sData=20081125&formato=PDF).</p>	
Leitura complementar	<p>BLAIR, Margaret. <i>Ownership and Control</i>. Washington: The Brookings Institution, 1995, capítulo 3, p. 94-121.</p> <p>GABRIELI, Marcio Fernandes. Governança corporativa. In: CHENG, Hsia Hua (coord.), <i>Introdução às finanças empresariais</i>. São Paulo: Editora Saraiva, 2012, capítulo 5, p. 203-232.</p> <p>JACKSON, Howell E. <i>Analytical Methods for Lawyers</i>. Boston: Harvard Press, capítulo 5, p. 216-239.</p> <p>JONES, Michael. <i>Creative accounting, Fraud and International Accounting Scandals</i>. New York: Wiley, 2011, p. 3-19 (Introduction).</p> <p>MARIZ DE OLIVEIRA, Ricardo. Reconhecimento de Receitas – Questões Tributárias Importantes (uma Nova Noção de Disponibilidade Econômica?). In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexandro Broedel. <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>, 3º volume, São Paulo: Dialética, 2012, pp. 297-314.</p> <p>STIGLITZ, Joseph E. Os exuberantes anos 90. Uma nova interpretação da década mais próspera da história. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, capítulo 5 (contabilidade criativa), p. 136-160.</p>	
Material didático	<p>- Textos e Acórdão indicados na leitura obrigatória</p> <p>- Questões-Chave indicadas na Sinopse acima</p> <p>- Relatório sobre o caso Toshiba, disponível em http://www.toshiba.co.jp/about/ir/en/news/20150725_1.pdf.</p> <p>- Slides sobre o tema da aula</p>	

5	04.09.2017	Qualificação Contábil e Qualificação Jurídica: intersecções e limites. Ágio.
Sinopse da aula	<p>1ª parte: apresentação de slides sobre a evolução do tema no Brasil e debates sobre os limites da utilização dos critérios contábeis para interpretação do instituto do ágio.</p> <p>2ª Parte: panorama evolutivo da jurisprudência do CARF pelo prof. Daniel Santiago.</p>	
Leitura obrigatória	<p>FIPECAFI. <i>Manual de Contabilidade Societária</i>. São Paulo: Atlas, 2010, Capítulo 10, itens 10.1 a 10.4 (p. 169-176), item 10.7, até o subitem 10.7.4 (p. 192-194) e subitens 10.7.7 e 10.8 (p. 199-200).</p> <p>LOPES, Alexandro Broedel; MARTINS, Eliseu. Do Ágio Baseado em Expectativa de Rentabilidade Futura – Algumas Considerações Contábeis. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexandro Broedel (coord.). <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>, 3º volume. São Paulo: Dialética, 2012, p. 33 e seguintes.</p> <p>NEDER DE LIMA, Marcos Vinícius; MUSA, Simone Dias. A Evolução do Regime Contábil Tributário e as Divergências Probatórias dos Eventos Societários – o Caso do Ágio. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexandro Broedel, <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>, 3º volume, São Paulo: Dialética, 2012, pp. 215-236.</p>	
Leitura complementar	<p>CARF. Acórdão nº 1402-00.993, proferido pela Primeira Seção de Julgamento, em de 11 de abril de 2012 – Caso Cosern – Ágio Interno. Disponível em www.carf.fazenda.gov.br.</p> <p>CARF. Acórdão nº 1101-000.899, proferido pela Primeira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, julgado em 11 de junho de 2013 – Caso Publicar – Empresa-Veículo. Disponível em www.carf.fazenda.gov.br.</p> <p>CARF. Acórdão nº 1302-001.182, proferido pela Segunda Turma Ordinária da Terceira Câmara da Primeira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, julgado em 08 de outubro de 2013 – Caso Dufry – Empresa-Veículo. Disponível em www.carf.fazenda.gov.br.</p> <p>Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. <i>Contabilidade Introdutória</i>. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, pp. 241-243.</p> <p>SCHOUERI, Luís Eduardo. <i>Ágio em reorganizações societárias (aspectos tributários)</i>. São Paulo: Dialética, 2012, p. 11-40; 66-82; 98-117.</p> <p>GRECO, Marco Aurélio. <i>Planejamento Tributário</i>. 3ª ed. São Paulo: Dialética, 2011, p. 460-479.</p> <p>UTUMI, Ana Cláudia Akie. O Ágio nas Operações de Fusões e Aquisições em Face das Novas Regras Contábeis. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexandro Broedel, <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>, São Paulo: Dialética, 2010, pp. 102-115</p>	
Material didático	<p>- Textos de leitura obrigatória</p> <p>- Slides sobre o tema da aula</p>	

6	11.09.2017	Qualificação Contábil e Qualificação Jurídica: intersecções e limites. Alienação de Ativos. Implicações Tributárias
Sinopse da aula	<p>1ª Parte: apresentação, pelo Grupo 3, de pesquisa de jurisprudência do CARF sobre a influência da rubrica contábil nos impactos tributários decorrentes da alienações de ativos circulante ou imobilizado.</p> <p>2ª Parte: discussão do assunto a partir de apresentação de novas normas contábeis sobre o tema e fechamento do assunto com slides.</p>	
Leitura obrigatória	<p>Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento CPC n. 31. Disponível em http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=62.</p> <p>_____. Pronunciamento CPC n. 27 Disponível em http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de. <i>Teoria da Contabilidade</i>. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 148-160, 181-183, 193-194, 307-311 e 321.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R.; SANTOS, Arioaldo dos. <i>Manual de Contabilidade Societária</i>. São Paulo: Atlas, 2010, pp. 49, 72-73, 100-101, 222-223, 398-399, 485-486, 509 (item 30.01), 516 (itens 30.4.1 e 30.4.3 b).</p> <p>Lei 6.404/1976 – artigos 178 e 179 (redações antes e após as Leis 11.638/08 e 11.941/09).</p>	
Leitura complementar	<p>ARAGÃO, Paulo Cezar; BENTO, Paulo Marcelo de Oliveira. Novo Conceito de Receita Bruta e Ganhos de Capital na Alienação de Bens do Ativo Não Circulante. In: ROCHA, Sergio André. <i>Direito Tributário, Societário e a Reforma da Lei das S/A</i> – Vol. IV. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p. 425 e seguintes.</p> <p>Parecer Normativo CST 03/1980.</p> <p>Parecer Normativo CST 108/1978.</p>	
Material didático	<p>- Textos de leitura obrigatória</p> <p>- Slides sobre o tema da aula</p>	

7	18.09.2017	Qualificação Contábil e Qualificação Jurídica: intersecções e limites. Políticas de Remuneração. Stock Options. Implicações Tributárias
Sinopse da aula	<p>1ª parte: apresentação, pelos alunos do Grupo 4, de pesquisas internacionais (<i>papers</i>) identificando a efetividade dos <i>Stock Option Plans</i> (SOP) na mitigação do conflito de agência e no incremento do resultado das empresas.</p> <p>2ª parte: discussão, com participação da prof. Fabiana Lopes da Silva (FIPECAFI), sobre as seguintes Questões-Chave: (i) a essência econômica dos SOP influencia sua qualificação jurídica? (ii) qual a influência da tributação da estruturação dos planos? (iii) como os elementos definidos pelo CARF devem ser utilizados em casos concretos de estruturação dos SOP?</p>	
Leitura obrigatória	<p>ALMEIDA, Leonardo José Muniz de; FARO, Maurício Pereira. Tratamento dos Planos de <i>Stock Options</i> após o CPC 10. In: ROCHA, Sergio André. <i>Direito Tributário, Societário e a Reforma da Lei das S/A – Vol. II</i>. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 401 e seguintes.</p> <p>CARF. Acórdão n. 2301-003597 - Cosan. Disponível em www.carf.fazenda.gov.br.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R.; SANTOS, Arioaldo dos. <i>Manual de Contabilidade Societária</i>. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, pp. 621-624, 627-628, 636-638 (itens 34.1.1 a 34.1.3, 34.1.5, 34.4 a 34.6).</p> <p>TAIAR JÚNIOR; Alvaro; ARISA, Edison. Stock Option Plan – Consequências Fiscais e Contábeis. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord.). <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>. São Paulo: Dialética, 2010, p. 82 e seguintes.</p>	
Leitura complementar	<p>ARAGÃO, Paulo. Opções de Compra de Ações e Bônus de Subscrição. <i>Revista dos Tribunais</i>, vol. 631, p. 63, maio/88.</p> <p>CARF. Acórdãos n. 2401-003.004 (ALL), n. 2301-004.137 (Anhanguera), n. 2803-03.815 (Sadia), n. 2302-003.536 (Gafisa), n. 2402-004.480 (GVT), n. 2401-003.888 (Unibanco), n. 2401-003.891 (BM&F BOVESPA), n. 2402-005.010 (GVT), n. 2402-005.011 (Unibanco) – contribuições previdenciárias. Disponíveis em www.carf.fazenda.gov.br.</p> <p>CARF. Acórdãos n. 2201-002.685 e n. 2201-002.766 (IRRF). Disponíveis em www.carf.fazenda.gov.br.</p> <p>MARCONDES, Daniel Gustavo Peixoto Orsini. <i>Stock Options – Tributação no Brasil e nos Tratados Internacionais</i>. In: <i>Direito Tributário Atual</i>, n. 28, 2012, p. 24 e seguintes.</p> <p>MOSQUERA, Roberto Quiroga; BUENO, Maria Isabel Tostes da Costa. Questões Atinentes à Remuneração de Administradores: bônus, PLR e <i>Stock Options</i>. In: <i>Grandes Questões Atuais do Direito Tributário</i>, 14º vol., 2010, p. 312 e seguintes.</p> <p>SILVA, Mauro José. Natureza jurídica e a incidência das contribuições previdenciárias sobre as vantagens oriundas de planos de opções de ações (<i>stock options plan</i>). A situação brasileira e o direito comparado. <i>Revista de Receita Federal</i>, disponível em http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/87/10</p> <p>TAKATA, Marcos Shiguelo. A “Nova” Contabilidade Relativa às Stock Options – Sua Relação e Reflexo ou não no Direito Tributário. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord.). <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>, 2º volume. São Paulo: Dialética, 2011, p. 151 e seguintes.</p> <p>TRF-3. Acórdão proferido no Agravo de Instrumento n. 0009944-50.2013.4.03.0000/SP.</p> <p>VASCONCELOS, Breno e outros. Stock Option Plans. In: SANTI, Eurico Marcos Diniz de e outros. <i>Repertório Analítico de Jurisprudência do CARF</i>. São Paulo: Max Limonad, 2016, p. 435-476.</p>	
Material didático	<p>- Textos e Acórdão indicados na leitura obrigatória</p> <p>- Questões-Chave indicadas na Sinopse acima</p> <p>- Slides sobre o tema da aula</p>	

8	29.11.2016	Política Fiscal e Tributação. A Riqueza Contábil e a Riqueza Jurídica
Sinopse da aula	<p>1ª parte: apresentação, pelos alunos do Grupo 5, da evolução da jurisprudência judicial e administrativa sobre o tema dos lucros de coligadas e controladas no exterior, dando especial destaque ao tema do método de equivalência patrimonial e o conceito de disponibilidade econômica.</p> <p>2ª parte: discutir, retomando conceitos da disciplina de Dinâmica da Tributação, se a riqueza contábil pode ser identificada com a riqueza jurídica para efeitos de tributação, a partir do caso da tributação de lucros de controladas e coligadas no exterior.</p> <p>3ª parte:</p>	
Leitura obrigatória	<p>CANADO, Vanessa Rahal. <i>Debate sobre tributação esqueceu da disponibilidade da renda</i>. Disponível em http://www.conjur.com.br/2013-nov-13/vanessa-canado-debate-tributacao-esqueceu-disponibilidade-renda.</p> <p>MARTINS, Eliseu e outros. <i>Manual de Contabilidade Societária</i>. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 207-209, 215-217 (itens 11.1, 11.4, 11.5 (letra a)).</p> <p>SCHOUERI, Luís Eduardo; TERSI, Vinicius Feliciano. As Inter-relações entre a Contabilidade e o Direito: atender ao RTT significa obter Neutralidade Tributária? In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel. <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>, 2º volume, São Paulo: Dialética, 2011, pp. 107-150.</p> <p>Superior Tribunal de Justiça. Acórdão proferido no Recurso Especial n. 1.211.882, sobre a legalidade da tributação do resultado positivo de equivalência patrimonial. Disponível em www.stj.jus.br.</p> <p>Supremo Tribunal Federal. Voto do Ministro Nelson Jobim na ADI n. 2588. Disponível em www.stf.jus.br.</p> <p>_____. Acórdão proferido no caso do Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL), Recurso Extraordinário n. Disponível em www.stf.gov.br.</p> <p>TORRES, Fernando. Caso da Vale envolve IR sobre lucro no exterior. <i>Valor Econômico</i>, 11 de janeiro de 2012. Disponível em http://www.valor.com.br/impreso/eu-investimentos/caso-da-vale-envolve-ir-sobre-lucro-no-exterior.</p> <p>_____. Balanços mostram risco de R\$ 43,5 bilhões. <i>Valor Econômico</i>, 4 de abril de 2013. Disponível em http://www2.valor.com.br/brasil/3072586/balancos-mostram-risco-de-r-435-bilhoes.</p>	
Leitura complementar	<p>BIANCO, João Francisco; MATOS, Gustavo Martini de. Tributação dos rendimentos estrangeiros: tributação dos lucros auferidos no exterior por pessoas jurídicas brasileiras; disponibilidade jurídica econômica da renda das coligadas e controladas no exterior. In: SANTI, Eurico Marcos Diniz de; CANADO, Vanessa Rahal (coord.). <i>Tributação do Setor Industrial</i>. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 433 – 465.</p> <p>COELHO, Isaias. Para um novo regime de tributação dos lucros de empresas brasileiras no exterior. Disponível no site da Fiscosoft: http://www.fiscosoft.com.br/a/639b/para-um-novo-regime-de-tributacao-dos-lucros-de-empresas-brasileiras-no-exterior-isaias-coelho.</p> <p>FREEDMAN, Judith. Aligning Taxable Profits and Accounting Profits: accounting standards, legislators and judges. <i>E-Journal of Tax Research</i>, vol. 2, n. 1, 2004, p. 71 e seguintes.</p> <p>GODOI, Marciano Seabra de. A Nova Legislação sobre Tributação de Lucros Auferidos no Exterior (Lei 12.973/2014) como Resultado do Diálogo Institucional Estabelecido entre o STF e os Poderes Executivo e Legislativo da União. In: ROCHA, Valdir de Oliveira. <i>Grandes Questões de Direito Tributário</i>, 18º vol. São Paulo: Dialética, 2014.</p> <p>MARTINS, Natanael. <i>Contabilidade e Direito Tributário – do fato (jurídico) contábil ao fato jurídico tributário – a construção da renda tributável</i>. Mestrado em Direito. PUC/SP, 2012, p. 76-89 (capítulo IV, itens 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5 (sem os subitens)); 95-109 e 118-125 (capítulo IV, itens 4.7 a 4.8.8.1 e item 4.13); 141-147 e 165-171 (capítulo VI, itens 6.1, 6.2 e 6.2.2).</p> <p>MARIZ DE OLIVEIRA, Ricardo. <i>A Tributação da Renda e sua Relação com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos</i>. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel, <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>, São Paulo: Dialética, 2010, pp. 398-417.</p> <p>_____. Lucro Societário e Lucro Tributável – Alterações na Lei n. 6.404 – uma encruzilhada para o contábil e o fiscal. In: KUYVEN, Luiz Fernando Martins (coord.). <i>Temas Essenciais de</i></p>	

	<p><i>direito empresarial</i>. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 261 e seguintes.</p> <p>MORAES, Marcus Vinícius Melo e outros. O Impacto das IFRS no Resultado Contábil das Pessoas Jurídica no Brasil. <i>Revista da Receita Federal: Estudos Tributários e Aduaneiros</i>, vol. 1, n. 2, 2015. Disponível em http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/32.</p> <p>SALLES, Roberto. O Mito da Neutralidade Tributária da Lei n. 11.638/2007: a interação entre normas societárias e tributárias. In: ROCHA, Sérgio André (coord.). <i>Direito Tributário, Societário e a Reforma da Lei das S/A</i>. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 526 e seguintes.</p> <p>SILVA, Cláudia Lúcia Pimentel Martins da e outros. Tributação e IFRS no Brasil: alterações na legislação do IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e da COFINS, trazidas pela Lei nº 12.973/2014. <i>Revista da Receita Federal: Estudos Tributários e Aduaneiros</i>, vol. 1, n. 1, 2014. Disponível em http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/35.</p> <p>TAKATA, Marcos Shigueo. A Conexão da Contabilidade com o Direito Tributário – Direito Contábil e Direito Tributário. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel. <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)</i>. São Paulo: Dialética, 2010, pp. 287-325.</p>
Material didático	<p>- Textos e decisões indicados na leitura básica</p> <p>- Slides sobre o tema da aula</p>

AVALIAÇÃO

Composição da avaliação

40%: nota de participação em sala, a ser aferida pela participação oral, apresentações, discussões e resolução dos exercícios entregues

60%: artigo escrito individualmente ou em conjunto a ser entregue em até 30 dias após o encerramento das aulas

Forma da avaliação

- Participação em sala de aula, com comentários que demonstrem conhecimento sobre a matéria, quer a partir de experiências prévias, quer a partir dos textos de leitura indicados
- Organização e coerência dos raciocínios para solução dos exercícios propostos
- Coerência, foco e encadeamento de ideias nas apresentações
- Quanto aos artigos, será avaliada a interdisciplinaridade do tema, a coerência e a objetividade da linguagem, além do grau de inovação ou profundidade do assunto escolhido

PROFESSORES

Linha de Direito Tributário

Vanessa Rahal Canado

Graduada pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (2003), mestre (2008) e doutora (2013) pela PUC-SP

Professora da Graduação e da Pós-Graduação Lato Sensu da FGV DIREITO SP

Coordenadora do GEDEC (Grupo de Estudos em Direito e Contabilidade da FGV DIREITO SP)

Consultora da FGV Projetos

Sócia responsável pela área tributária do CSMV Advogados

Linha de Direito dos Negócios

Wanderley Fernandes

Graduado pela Universidade de São Paulo (1986), mestre pela School of Law - University of Illinois (LLM 96-97), programa de formação de executivos da Harvard Business School (PMD-76 - 2001), doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (2011).

Professor da Graduação e da Pós-Graduação Lato Sensu da FGV DIREITO SP

Sócio do Nascimento Mourão – Sociedade de Advogados

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- ALBERT, Daniel Vásquez. *Abogados y Auditores: régimen jurídico del ejercicio multidisciplinar*. Madrid: Marcial Pons, 2003.
- BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Mudanças Contábeis na Lei Societária*. São Paulo: Atlas, 2009.
- BREITNER, Leslie K. E ANTHONY, Robert N. *Essentials of accounting*, 11^a. Ed. BOSTON: Pearson, 2013, part. 10.
- COUTINHO, Atimo de Souza e outros. *Contabilidade Financeira*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- DELOITTE. *Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS*. São Paulo: Atlas, 2009.
- ERNST & YOUNG; FIPECAFI. *Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras*. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- FERNANDES, Edison Carlos. *Direito Contábil*. São Paulo: Dialética, 2013.
- HIGGINS, Robert C. *Analysis for financial management*. 8th ed. Boston: Mac Graw Hill, 2007, capítulos 1 e 2, p. 4-82;
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Contabilidade introdutória (coord.)*, 11^a. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- _____. *Teoria da Contabilidade*. 10^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R.; SANTOS, Ariovaldo dos. *Manual de Contabilidade Societária*. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- JACKSON, Howell E.; KAPLOW, Louis; SHAVELL, Steven M.; VISCUSI, W. Kip. *Analytical Methods for Lawyers*. 2nd Ed. Boston: Foundation Press, 2010.
- JONES, Michael. *Creative accounting. Fraud and international accounting scandals*. New York: Wiley, 2011.
- LOPES, Alexsandro Broedel (org.). *Contabilidade e Finanças no Brasil: estudos em homenagem ao professor Eliseu Martins*. São Paulo: Atlas, 2012
- MARION, José Carlos (org.). *Normas e Práticas Contábeis: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 15^a Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- MARTINS, Eliseu e outros. *Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica*. São Paulo: Atlas, 2012.
- OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. *Contabilidade tributária*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- PEDREIRA, José Luiz Bulhões. *Finanças e demonstrações financeiras da companhia*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1989.
- SALOTTI, Bruno Meirelles e outros (coord.). *IFRS no Brasil: temas avançados abordados por meio de casos reais*. São Paulo: Atlas, 2015.
- SHENG, Hsia Hua. *Introdução às finanças empresariais*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.